

A Voz do Desertor

JORNAL DOS DESERTORES E REFRACTÁRIOS PORTUGUESES

№ 5923

Editorial

Em frente pela organização dos desertores!

A VOZ DO DESERTOR pretende ser o órgão dos desertores, refractários e in-submissos portugueses. Fruto da iniciativa de um grupo de desertores, ele pretende contribuir para a organização das massas dos jovens que se recusam a fazer a guerra colonial num amplo movimento que defenda os seus interesses particulares, se integre na luta geral do povo português contra o fascismo e preste uma solidariedade activa aos povos das colónias em luta contra o jugo colonial português.

A VOZ DO DESERTOR é um jornal antifascista, anti-colonialista e anti-imperialista.

Dentro da luta contra o fascismo, A VOZ DO DESERTOR indica a necessidade da revolução popular como o único caminho que levará o povo português a uma transformação radical das suas condições de vida, e combate todos aqueles que procuram uma via de compromisso com o fascismo e a "liberalização" do regime de terror dos monopólios capitalistas.

Dentro da luta contra o colonialismo, A VOZ DO DESERTOR apela para uma solidariedade activa para com a

(Continua na pág.2)

O COLONIALISMO ASSASSINOU AMÍLCAR CABRAL

Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC, foi assassinado por um comando da Pide no passado dia 20 de Janeiro, em Conakry, capital da República da Guiné. Com este crime bárbaro, cai a máscara demagógica de Marcelo Caetano e dos falsos amigos dos povos africanos que espalham ilusões sobre a "liberalização" do regime. O assassinio do heróico patriota africano é uma prova irrefutável de que, depois da morte do ditador Salazar, o seu discípulo e sucessor segue os seus métodos, servindo-se da sinistra Pide para eliminar os combatentes destacados que se opõem à sua política colonialista ao serviço do imperialismo internacional.

E já longa a lista de patriotas africanos que os fascistas-colonialistas portugueses assassinaram, caso de

Eduardo Mondlane, Presidente da FRELIMO. Contudo, não é com a morte dos dirigentes africanos que os colonialistas alguma vez conseguirão destruir a chama libertadora que alimenta os patriotas das colónias, que lutam contra a exploração e a opressão e pela independência.

O PAIGC foi formado, em 1956, em Bissau, por Amílcar Cabral. Desde o início, reivindicou a independência para a Guiné e Cabo Verde. A ilusão de que os colonialistas portugueses se submeteriam pelas vias pacíficas às aspirações dos nacionalistas desvaneceu-se rapidamente: as manifestações organizadas pelo PAIGC foram reprimidas violentamente. O massacre, perpetrado pelos colonialistas, dos estivadores em greve no porto de

(Continua na pág.6)



Amílcar Cabral, dirigente do P.A.I.G.C., cumprimentando Manuel Vaz e Fernando Fontes, dois desertores do exército português.

EDITORIAL (continuação)

luta de libertação dos povos das colónias; luta pela derrota total do colonialismo português; exige a retirada imediata e incondicional das colónias de todas as tropas colonialistas; exige a independência total de todos os territórios sob domínio colonial português; combate todos aqueles que pretendem perpetuar esse domínio sob formas neocolonialistas. A VOZ DO DESERTOR combate o social-chauvinismo (socialismo nas palavras, chauvinismo nos actos), como uma forma particularmente enganadora de neocolonialismo, e defende que só uma aliança internacionalista entre os trabalhadores de Portugal e das colónias pode levar à vitória sobre os seus opressores comuns.

Dentro da luta contra o imperialismo, A VOZ DO DESERTOR apoia a luta de libertação dos povos de todo o mundo, denuncia a política agressiva das superpotências (EUA e URSS) e apoia a política internacionalista dos países socialistas, em especial das repúblicas populares da China e da Albânia.

A VOZ DO DESERTOR considera que só a insurreição popular armada pode acabar com o fascismo e o colonialismo português e que, quando as condições para a insurreição estiverem reunidas, será um dever dos soldados revolucionários colocar as suas armas ao serviço do povo. No entanto, hoje, dado que o povo português ainda não está suficientemente organizado para levar a cabo essa insurreição, a forma principal de luta dos soldados contra a guerra colonial é: a propaganda, a agitação e a organização no seio do exército; desertar depois de se ter feito a recruta e a especialidade (isto é, antes do embarque para as colónias); a propaganda, a agitação e a organização no seio dos refugiados e da emigração. A VOZ DO DESERTOR combate a posição dos social-fascistas de Cunhal, que

dizem aos soldados para irem à guerra "fazer agitação" no seio do exército (o que é totalmente impossível nas actuais condições da guerra colonial), assim como as posições aventureiras de pretender, já neste momento, "desencadear acções armadas no exército" ou de "desertar com armas".

Baseando-se na orientação que acabamos de traçar, A VOZ DO DESERTOR procurará formar à sua volta um amplo movimento unitário dos desertores, refractários e insubmissos portugueses. Como primeira etapa, vemos a formação de comités de desertores, refractários e insubmissos que terão como tarefas a difusão do jornal A VOZ DO DESERTOR e a realização de outra propaganda anticolonial e anti-imperialista. Desde que esses comités tenham uma unidade ideológica entre si e existam em número suficiente, formar-se-á o Movimento dos Desertores, Refractários e Insubmissos Portugueses.

A VOZ DO DESERTOR apoia todos os grupos e organizações constituídos que conduzem uma acção consequente contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo, quer em Portugal quer no estrangeiro. Ao mesmo tempo que combate as posições erróneas para o movimento dos desertores, refractários e insubmissos, A VOZ DO DESERTOR procura estabelecer uma unidade de acção com todos aqueles que lutam sinceramente para derrubar o colonialismo português. A VOZ DO DESERTOR solidariza-se com o apoio dado pelos progressistas portugueses e estrangeiros a todos os jovens que se recusam a fazer a guerra colonial.

A VOZ DO DESERTOR chama todos os jovens refugiados a organizarem comités de leitura e difusão do seu órgão e a apoiarem-no por todos os meios ao seu alcance.

Em frente pela organização do Movimento dos Desertores, Refractários e Insubmissos Portugueses!

CONHECE os clubes de trabalhadores

FRANÇA

IVRY

Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris

25, rue Christophe-Colomb
94200 IVRY SUR SEINE
Metro Pierre Curie

PUTEAUX

Associação «Encontro Português»

20, rue du Centenaire
92800 PUTEAUX

NANTES

Associação dos Trabalhadores Portugueses de Nantes

9, rue des Hauts-Pavés
44000 NANTES

BOURGES

Clube Português do Cber

5, rue de la Thaumassière
18000 BOURGES

HOLANDA

Associação Resistência e Trabalho

Brink 1 A Amsterdão

ALEMANHA

Centro Português de Neuss

404 Neuss - 8
Postfach 923

Comité de Desertores Portugueses de Estocolmo
Box 42 110, 126 12 Estocolmo, Suécia.

CAMARADA! DESERTOR!
CONTACTA O TEU JORNAL!
CRIA GRUPOS DE LEITURA
E DE DIVULGAÇÃO DE
"A VOZ DO DESERTOR"!

Escreve-nos para:

Silvestre Guilloire
52, Rue d'Enghien
75010 PARIS

NA FRENTE DE BATALHA

ANGOLA

Perante o avanço da luta de libertação do povo de Angola, os colonialistas portugueses têm recorrido ao bombardeamento sistemático das regiões já libertadas pelas forças patrióticas. Esses bárbaros ataques, levados a cabo pela aviação colonial portuguesa e sul-africana, consistem em bombardeamentos massivos de herbicidas, de arboricidas e de desfolhantes que têm como efeito não só destruir as culturas, mas tornar o solo estéril por dois anos e envenenar o gado, a caça e o peixe, o que priva a população de toda a alimentação. Além disso, os produtos químicos lançados pelos colonialistas provocam graves afecções, queimaduras nos pulmões, deformações congénitas nas crianças nascidas de mulheres contaminadas, etc.

Para fazer face a estes actos criminosos dos colonialistas, o Serviço de Assistência Médica do MPLA lançou um apelo urgente a todas as organizações anticolonialistas para socorrer a população, pedindo para enviarem alimentos, roupas, medicamentos, etc.

Os jovens anticolonialistas portugueses devem denunciar com o maior vigor estes crimes terroristas do colonialismo contra as populações civis das regiões libertadas de Angola, Guiné (Bissau) e Moçambique.

MOÇAMBIQUE

Nas zonas libertadas sob controle da FRELIMO, realizam-se grandes esforços a fim de desenvolver o ensino primário e acabar com o analfabetismo. Essa é uma das condições principais para que o povo moçambicano saia da sua condição de escravo. Devido à política obscurantista do colonialismo, que sempre procurou manter os trabalhadores moçambicanos na ignorância total, para melhor os poder explorar, a grande maioria da população era analfabeta. Presentemente, a FRELIMO, ao cabo de quase uma década de luta armada, já libertou 1/3 do território nacional onde, numa população de 1 milhão de habitantes, 20 mil crianças recebem instrução primária.

Em 1970, a FRELIMO abriu uma escola secundária que conta hoje 133 alunos de 10 a 20 anos.

O povo moçambicano sabe que a luta de libertação nacional é uma luta em várias frentes e que, desde já, deve preparar os futuros quadros do país. O desenvolvimento do ensino nas regiões libertadas de Moçambique constitui um importante aspecto da nova sociedade que o povo aí está construindo e representando, ao mesmo tempo, um importante impulso para a luta de libertação contra o colonialismo.

GUINÉ

O PAIGC controla hoje mais de dois terços do território da Guiné. Os colonialistas estão concentrados unicamente nas cidades e nos aquartelamentos.

Nas regiões libertadas, o povo constrói uma nova vida. Livres da exploração e opressão colonialistas, as populações podem escolher democraticamente os seus representantes. Recentemente, o PAIGC anunciou que estão a ser organizadas eleições nas regiões libertadas com vistas à criação duma Assembleia Popular, que proclamará a independência do país. Este facto será duma grande importância histórica na luta contra o colonialismo. O povo da Guiné (Bissau) terá um governo próprio que o representará internacionalmente. Os colonialistas portugueses ficarão ainda mais isolados.

Através da sua luta pela independência, persistindo na guerra popular e na unidade contra o colonialismo, o povo da Guiné (Bissau) e Cabo Verde saiu da situação de escravo e caminha com decisão para a vitória sobre o ocupante dos centros urbanos do seu país.

Camarada !

Se estás em França por teres recusado participar na guerra colonial; se por isso tens dificuldades na legalização aqui em França; se pretendes simplesmente ajudar a luta contra o colonialismo português;

contacta o COMITÉ DE APOIO AOS DESERTORES, REFRACTARIOS E INSUBMISSOS PORTUCUESES.

127, Rue St. Maur, Paris 11
Metro: Goncourt ou Couronnes. Quartas-Feiras: das 18 h às 21 h. Sábados: das 16 h às 20 h.

174, Rue Championnet, Paris 18. Metro: Guy Moquet. Sábados: das 18 h às 20h.



MANIFESTO

Reproduzimos seguidamente alguns extractos do Manifesto dos CLACs, publicado no nº 3, de Dezembro, de VENCERÃO!, e divulgados pelo boletim de 1 de Janeiro da Agência Noticiosa Popular de Portugal (NOVAPORT).

O Manifesto dos CLACs começa por afirmar:

"A guerra imperialista que há mais de dez anos envolve os operários e camponeses de Portugal tem vindo a tornar-se o centro de debate da política portuguesa, levando os agrupamentos políticos, conforme as classes que representam e respectivos interesses, a tomarem diferentes posições sobre ela. Desde os que apoiam por verem nela um meio de prosperidade dos seus negócios aos que, sob os mais elevados princípios do internacionalismo em relação aos povos das colónias, consequentemente a combatem, apresentam-se ainda uma série de posições conciliadoras, oportunistas, que, longe de constituírem um apoio autêntico à luta emancipadora dos povos, constituem antes saídas para novos tipos de opressão dos povos das colónias. Daí a importância dos Comitês de Luta Anticolonial e Anti-Imperialista indicarem com precisão a sua posição perante a guerra."

Após afirmar que as guerras e as revoluções são necessárias e inevitáveis, o Manifesto aponta:

"Os Comitês de Luta Anticolonial e Anti-Imperialista encaram a guerra nas colónias como um fenómeno histórico, como o meio necessário para abolir a dominação colonial portuguesa sobre os povos das colónias, para que estes conquistem a sua independência."

O Manifesto dos CLACs indica seguidamente que "o pacifismo serve o imperialismo", sendo a "luta abstracta pela paz, o pacifismo peganhento", "uma arma ao ser-

viço do imperialismo". E sublinha:

"Os Comitês de Luta Anticolonial e Anti-Imperialista, na luta pela paz nas colónias e no mundo, combatem pela liquidação dos factores de guerra, que são a exploração de classe e o imperialismo."

Mais à frente, após ter indicado que as guerras de libertação dos povos coloniais são justas, o Manifesto afirma:

"Os Comitês de Luta Anticolonial e Anti-Imperialista, distinguindo as guerras justas das guerras injustas e alinhando pela emancipação dos povos, lutam pela derrota total do exército imperialista português e pela vitória dos exércitos de libertação das colónias."

E o Manifesto continua apontando:

"Enquanto o domínio da burguesia portuguesa sobre os povos das colónias se exerceu sem grande resistência da parte destes, toda ela comia tranquilamente o bolo colonial sem manifestar o menor problema de consciência. Mas assim que os povos das colónias mostraram que a sua força poderia expulsá-la irremediavelmente, no seio da burguesia surgiram imediatamente visões de 'longo alcance' que procuraram do mal o menor propondo para isso soluções de compromisso, de colonialismo em novos moldes, arvorando-se então em grandes 'amigos' dos povos coloniais e da sua 'autodeterminação'. Por isso se coloca aos Comitês de Luta Anticolonial e Anti-Imperialista o dever de tomarem uma posição clara sobre o colonialismo."

O Manifesto demonstra que só "a guerra popular limpa a chaga colonialista" e sublinha:

"Os Comitês de Luta Anticolonial e Anti-Imperialista apoiam totalmente a

guerra popular de libertação dos povos das colónias como a única via para a liquidação completa do colonialismo, a conquista da independência, e a edificação de novos estados autenticamente independentes."

Apelando para o combate contra o chauvinismo imperialista e para a unidade de combate com os povos das colónias, o Manifesto afirma:

"Os Comitês de Luta Anticolonial e Anti-Imperialista lutam por eliminar todo o chauvinismo existente no seio do povo, por incutir-lhe o mais elevado internacionalismo em relação aos povos das colónias, e denunciam com vigor todas as manobras demagógicas e social-chauvinistas da burguesia neocolonialista."

E aponta:

"Os Comitês de Luta Anticolonial e Anti-Imperialista integram o seu combate na luta geral do povo português contra a burguesia imperialista, fascista e colonialista, parte integrante da luta dos povos pela sua emancipação, e chamam os trabalhadores portugueses e a juventude à luta directa contra a guerra colonial."

Referindo-se às tarefas políticas que se colocam perante os Comitês de Luta, o Manifesto indica:

"Além do apoio principal que os revolucionários portugueses devem dar aos povos das colónias e que consiste na participação na revolução popular em Portugal, colocam-se-lhes tarefas concretas desde já:

"1. Apoio político aos movimentos de libertação traduzido na defesa da sua causa justa, na divulgação dos seus programas políticos, junto dos trabalhadores portugueses, na divulgação das vitórias alcançadas pelos movimentos de libertação em todos os domínios, no combate aos pacifismos que pro-

DOS CLACs

curam comprometer as lutas de libertação;

"2. Combate ao chauvinismo incutido pela burguesia nas massas, ao social-chauvinismo de 'esquerda' dos oportunistas, dos liberais 'negociadores' e todos os neocolonialistas camuflados de anticolonialistas, ao imperialismo e ao social-imperialismo;

"3. Propaganda pela recusa de defesa da pátria imperialista, fomentando a deserção após a instrução militar, fazendo agitação no seio do exército colonialista, sabotando o esforço de guerra da burguesia, defendendo junto dos trabalhadores a necessidade da derrota do exército colonialista português, desenvolvendo sentimentos internacionalistas para com os povos das colónias."

SAUDAÇÃO A (VENCERÃO!)

Apesar da sabotagem indigna dos social-chauvinistas de Cunhal e outros — que sempre procuraram canalizar a luta anticolonial em Portugal no interesse das suas soluções neocolonialistas e limitá-la aos pacíficos e inofensivos abaixo-assinados e protestos "eleitorais"; que sempre procuraram evitar que o povo português prestasse um apoio activo e internacionalista à luta dos povos coloniais; e que, em vez de apontarem a necessidade da deserção antes do

embarque para a guerra, aconselham os jovens revolucionários portugueses a irem ordeiramente "fazer agitação" na guerra colonial, sob a direcção dos "oficiais patriotas e democratas" que chacinam os povos africanos — apesar de toda essa sabotagem indigna, o movimento anticolonial cresce e desenvolve-se em Portugal em bases autenticamente internacionalistas.

A VOZ DO DESERTOR, ao publicar o seu primeiro número, regozija-se e manifesta a sua solidariedade para com os camaradas que, em Portugal, enfrentando as duras condições da repressão fascista-colonialista e a sabotagem dos social-fascistas, constituíram os Comités de Luta Anticolonial e Anti-Imperialista (CLACs) e publicam o jornal VENCERÃO!, cujo primeiro número saiu em Fevereiro de 1972.

Em frente, camaradas! Pela nossa parte faremos todos os esforços por divulgar os vossos slogans e exigências, que são, ao mesmo tempo, um programa de acção:

- Abaixo o colonialismo e o imperialismo!
- Abaixo a guerra colonial!
- Viva a guerra justa dos povos das colónias!
- Independência imediata e sem condições!
- Retirada imediata do exército colonial!
- Os povos das colónias VENCERÃO!

Numa guerra reaccionária, a classe revolucionária não pode deixar de desejar a derrota do seu governo.

LÉNINE

A Polónia e a URSS ajudam os colonialistas portugueses

Segundo o boletim "MPLA Informations" nº 3 (Agosto de 1972) editado pela representação do MPLA na Suécia, "desde 1968, a Polónia vendeu já 5 barcos, chave na mão, ao fascismo português que os emprega presentemente no transporte de tropas e equipamento para Angola... Os estaleiros navais de Odessa (URSS) entregaram, chave na mão e engenheiros a acompanhar, 4 barcos ao fascismo."

Segundo o "Boletim de Informação" nº 1 (31 de Julho de 1972) da Agência Noticiosa Popular de Portugal (NO-VAPORT), "a Polónia encomendou aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo a construção de 5 cascos de cargueiros de 12 000 tdw. A encomenda, que é da ordem de dez milhões de dólares, representará a maior exportação de sempre realizada pela indústria de construção naval portuguesa."

Porque razão a Polónia e a URSS, que se dizem países socialistas, prestam tais ajudas aos colonialistas portugueses? A explicação disto reside em que os dirigentes daqueles países puseram de lado os princípios socialistas e entraram em cooperação com os regimes mais odiados do globo. Ao contrário dos autênticos países socialistas, tendo à cabeça a República Popular da China, que praticam uma política internacionalista de ajuda desinteressada aos movimentos de libertação dos povos, a URSS e os seus satélites praticam uma política social-imperialista (socialismo nas palavras mas imperialismo nos actos).

O povo português e os povos das colónias, que resistem sob o jugo fascista-colonialista, não deixarão de ver nestas negociatas uma infame traição à sua luta.

4
Fevereiro
1961

O POVO ANGOLANO PEGA EM ARMAS

O 4 de Fevereiro é uma data memorável para o povo português. Com efeito, essa data marca o início da luta armada de libertação do povo de Angola contra o jugo do colonialismo, facto que constituiu um poderoso apoio à luta do povo português contra a burguesia imperialista e o seu regime fascista.

Em 4 de Fevereiro de 1961, os patriotas angolanos pegaram em armas e atacaram

várias prisões em Luanda, na tentativa de libertarem os presos políticos vítimas da repressão colonialista. Ao mesmo tempo, nos arredores, muitas unidades militares foram atacadas de emboscada. A acção não foi coroada de êxito, mas foi o rastilho que fez explodir a cólera, há muito reprimida, do povo angolano contra o ocupante colonialista. Com esta acção o povo angolano mostrou ter tomado consciência de que a luta armada é a única

forma de conquistar o direito à independência.

A repressão que se seguiu foi feroz. Sucederam-se os massacres das populações, não só nos muceques (bairros de lata) de Luanda como por todo o país. Durante vários dias, os colonialistas assassinaram todos os africanos pobres que lhes caíam nas mãos. Os bairros negros de S. Paulo e Muceque foram totalmente esmagados pelo exército e pela polícia. Os tanques do exército entravam de madrugada nos bairros e esmagavam tudo o que lhes aparecia pela frente. Os colonialistas portugueses, segundo informações oficiais certamente muito abaixo da realidade, assassinaram, até fins de 1962, 302 mil angolanos.

Com estes crimes bárbaros esperavam os fascistas-colonialistas destruir a luta armada em embrião e aterrorizar o povo de Angola para quebrar a sua confiança na resistência armada. Contudo, as medidas repressivas não surtiram efeito. Logo a 15 de Março, os patriotas angolanos, trabalhadores forçados nas plantações de café, iniciaram um ataque em massa em todo o Norte de Angola, atacando comunicações e pontos importantes nas cidades, tentando destruir ao máximo a possibilidade de resistência por parte do exército colonialista. Desde então, a chama da luta armada não mais se extinguiria em Angola.

Hoje, passados doze anos, o povo angolano, sob a direcção dos movimentos de libertação nacional, persistindo na guerra popular prolongada, já alcançou muitas vitórias sobre o exército colonialista. Ao lado da luta dos povos da Guiné (Bissau), de Cabo Verde e de Moçambique, a firme resistência do povo angolano constitui um poderoso apoio e um exemplo marcante para o povo português e para os demais povos do mundo.

Amílcar Cabral

(continuação da p.1)

Pidgiguiti foi a razão que fez com que o PAIGC compreendesse que só pela via armada venceria os colonialistas portugueses. Em 1963 reabriu a luta armada. O intenso trabalho de organização desenvolvido pelo PAIGC entre os camponeses fez com que a luta armada se alastrasse rapidamente a todo o país. De vitória em vitória, os combatentes do PAIGC, encabeçados por Amílcar Cabral, libertaram mais de 2/3 do território; a politização das massas, as escolas, os hospitais, o cultivo das terras, tudo se desenvolveu nas zonas libertadas. A luta armada desenvolveu-se ao ponto de encurralar totalmente os colonialistas nas cidades e aquartelamentos. As constantes viagens de Amílcar Cabral e doutros quadros do PAIGC, tentando alertar a opinião pública mundial contra os crimes dos colonialistas foram coroadas de êxito: o PAIGC é reconhecido pela ONU como o único representante legítimo do povo da Guiné (Bissau) e Cabo Verde. A visita às regiões libertadas por parte de uma missão da ONU foi mais um passo em frente no isolamento dos colonialistas portugueses.

Os fascistas-colonialistas portugueses viam cada vez mais próxima a derrocada total da sua política de agressão. O napalm, os bombardeamentos às populações civis, os desfolhantes lançados contra as culturas nas zonas libertadas, numa tentativa desesperada de subjugar as populações pela fome, não surtem já qualquer efeito; apesar da ajuda sempre renovada dos seus comparsas da NATO, sempre prontos a fornecer-lhes armamentos, o fim dos colonialistas portugueses está próximo. Por isso, recorreram ao assassinio de Amílcar Cabral, na vã tentativa de destruírem o movimento de libertação do povo da Guiné e de Cabo Verde. Porém, a morte de um patriota, se bem que da estatura de Amílcar Cabral, não significa o fim de uma luta. Por maiores que forem os crimes a que Marcelo e os seus aliados recorrerem, nunca conseguirão reprimir o desejo à justa independência de um povo para o qual a vitória é certa.

— Homenagem à memória de Amílcar Cabral!

— Abaixo os fascistas-colonialistas portugueses!

— Viva a justa luta do PAIGC!

DERROTA DO IMPERIALISMO NO VIETNAM

O povo vietnamita acaba de conquistar uma grande vitória. A sua heróica resistência, a sua firme determinação em expulsar o imperialismo americano, a guerra popular prolongada, obrigaram o agressor a vergar-se e a assinar o acordo sobre o cessar-fogo e o restabelecimento da paz de Janeiro. Esta derrota do imperialismo é devida à justa política e às ofensivas militares dos revolucionários vietnamitas, como o revela o próprio desenrolar das negociações.

O imperialismo recuou

Em princípios de 1968, a Frente Nacional de Libertação do Sul (FNL) lança uma ofensiva generalizada que transforma a relação de forças em seu favor. Esta ofensiva revela a força e a determinação do povo vietnamita e atrai o apoio dos povos do mundo e do próprio povo americano à sua causa. Johnson, então presidente dos EUA, é obrigado a anunciar o fim dos ataques aéreos e propõe negociações ao governo da República Democrática do Vietnam do Norte. Em fins de 1969 o Governo Revolucionário Provisório (GRP) do Vietnam do Sul passa também a participar nas negociações. O governo imperialista americano viu-se, pois, constrangido a negociar: é um passo no caminho da vitória, obtido pela força das armas.

Em Março de 1972 a FNL e o GRP desencadeiam uma nova

ofensiva generalizada que põe em evidência a fraqueza das forças fantoches. O imperialismo tenta um esforço desesperado para acabar com a resistência vietnamita: com uma aviação consideravelmente reforçada deita durante 6 meses 800 mil toneladas de bombas, mina os portos, instaura o bloqueio da RDV, bombardeia os diques. Mas esta nova agressão imperialista vai apenas reforçar a determinação do povo do Vietnam, que em Outubro impõe um acordo ao governo americano. Revelando a sua natureza de chefe do imperialismo, Nixon recusa assinar o acordo, à última da hora e, numa tentativa desesperada para impor as suas condições de agressor, ordena os criminosos bombardeamentos sobre as cidades de Hanói e Haiphong, não existindo em destruir hospitais, escolas, fábricas, etc.

Mas, mais esta tentativa estava condenada à derrota: a resolução do povo vietnamita e a firme condenação dos povos de todo o mundo obrigaram o imperialismo a aceitar o acordo do cessar-fogo de Janeiro, cujo texto pouco difere do de Outubro. O acordo de Janeiro é uma grande vitória do heróico povo vietnamita sobre o agressor imperialista norte-americano.

A luta do povo continua ...

O imperialismo norte-americano comprometeu-se a "respeitar a independência, a soberania, a unidade, a in-

tegridade territorial do Vietnam consagrados pelos acordos de Genebra de 1954 sobre o Vietnam."

Segundo os acordos, os EUA comprometem-se a "pôr fim a todas as actividades militares... contra a República Democrática do Vietnam", comprometem-se a levantar o bloqueio às águas territoriais da RDV, a "cessar a sua ingerência nos assuntos internos do Vietnam do Sul" e a retirar todas as suas tropas e material militare desmantelar todas as suas bases militares no Vietnam do Sul.

Esta importante vitória do povo vietnamita vem demonstrar mais uma vez que o imperialismo só recua nos seus planos agressivos quando depara com a força revolucionária dos povos, e que não são os métodos pacifistas e capitulacionistas de utilização exclusiva das conversações, como pretendem os social-imperialistas soviéticos e os seus lacaios, que poderão conduzir os povos à vitória. Pelo contrário, a vitória no terreno das negociações só pode ser alcançada através da vitória no campo de batalha.

... até à vitória final

Esta importante vitória do grande povo vietnamita constitui um importante passo no caminho que conduzirá à vitória final sobre o agressor imperialista e os seus fantoches no Sul. Porém, ao contrário do que pretendem espalhar tanto os imperialistas como os seus colaboradores social-imperialistas, os recentes acordos não significam ainda a paz, a "era de paz", para o Vietnam. Enquanto existir o governo fantoche de Thieu no Vietnam do Sul, enquanto houver tropas imperialistas na Indochina, enquanto existir imperialismo no mundo, este continuará conduzindo provocações e agressões, continuará a existir o perigo de guerra. Por isso, o heróico povo vietnamita, provado numa luta armada de mais de 3 décadas, manter-se-á vigilante e, de armas na mão, defenderá as conquistas alcançadas e lutará pela vitória final. ■

TEMOS DIREITO ao refúgio político



Durante muitos anos, os jovens que se recusavam a participar na criminosa guerra colonial tiveram a possibilidade de regularizar a sua situação em França como emigrantes económicos. O governo francês não fazia diferença entre esses jovens e os outros emigrantes que chegavam clandestinamente a França. Hoje, porém, as coisas são totalmente diferentes. Torna-se quase impossível a legalização dos jovens de menos de 21 anos como emigrantes económicos. Isso exige outra maneira de resolver a sua situação.

A situação actual

O governo fascista português, preso entre as derrotas consecutivas do exército colonialista e a crescente oposição popular à guerra, tentou opor-se sempre à emigração dos jovens, utilizando todos os meios ao seu alcance, desde o assassinato nas fronteiras até às pressões políticas sobre o governo francês, passando pelas campanhas de pânico orquestradas pelos seus servidores aqui na emigração, ou seja, os bancos, os consulados e a sua imprensa.

As autoridades fascistas há muito que tentavam negociar com o governo francês a extradição dos desertores e refractários ou, pelo menos, o fim da sua legalização em França. Conseguiram-no, em parte, em Julho de 1971, com a assinatura dos acordos da emigração, que estipulam que só podem regularizar a sua situação em França os indivíduos de 21 a 55 anos, munidos de um passaporte e contrato de trabalho passado pela Junta Nacional de Emigração.

Por outro lado, com a entrada em vigor, em Outubro de 1972, da nova legislação francesa sobre a emigração

(a chamada Circular Fontanet), a legalização dos jovens em idade militar como emigrantes económicos tornou-se praticamente impossível. De facto, o objectivo dessa nova legislação é tentar controlar a emigração, impedindo, entre outras coisas, a legalização de todos aqueles que vêm clandestinamente para França.

Que devemos fazer ?

A nova legislação francesa sobre a emigração aplica-se aos emigrantes económicos, isto é, aos estrangeiros que vêm para França com o objectivo de exercer uma profissão. Ela não se aplica aos refugiados, isto é, aos estrangeiros que, chegando a França, fazem um pedido de refúgio político.

Todos os jovens desertores e refractários do exército fascista-colonialista português, ao chegar a França, devem pedir o refúgio político.

Esta é a única maneira de regularizarem a sua situação. Não porque as autoridades francesas concedam facilmente o estatuto de refugiado político (na realidade, elas fazem-no com dificuldade), mas porque, ao pedirem o refúgio, os jovens não podem ser expulsos — o que sucederia no caso de pretenderem regularizar-se como emigrantes económicos. Os jovens que pedem refúgio político podem, pelo facto de não estarem abrangidos pela Circular Fontanet, arranjar carta de trabalho e, assim, regularizar a sua situação, mesmo que não lhes seja concedido o refúgio.

Exigir o refúgio

Esta é, no entanto, uma situação precária, visto que, não estando protegidos pelo estatuto de refugiado político,

os jovens ficam submetidos a todas as arbitrariedades, inclusivamente a serem expulsos por qualquer pretexto — bastando, por exemplo, que a carta de trabalho não lhes seja renovada.

A atribuição sistemática do estatuto de refugiado político a todos os desertores e refractários portugueses é a única garantia de aqui poderem permanecer em segurança.

Hoje, no entanto, a maioria dos governos dos países para onde eles se dirigem são membros da NATO, organização imperialista que ajuda os colonialistas portugueses na sua guerra de agressão contra os povos das colónias. Isto explica porque razão estes governos, embora tendo assinado a Convenção de Genebra, não a aplicam no que respeita aos desertores e refractários portugueses, quer dizer, não reconhecem a recusa de fazer a guerra colonial como um acto político que deve dar direito ao estatuto de refugiado político.

E, no entanto, a Convenção de Genebra estipula que: "deve ser considerado como refugiado aquele que, tendo receio de ser perseguido pela sua raça, religião ou nacionalidade, por pertencer a um determinado grupo social, ou pelas suas opiniões políticas, se encontra fora do país do qual tem a nacionalidade e não pode, ou não quer, por causa desse receio, pedir protecção a esse país."

Em conclusão: nós temos direito ao refúgio político, único meio de estarmos no estrangeiro em segurança.

Devemos, por isso, exigir aquilo que nos é devido.

A luta pela conquista do direito ao refúgio político para todos os jovens que estão no estrangeiro por se recusarem a fazer a guerra colonial é uma das principais tarefas imediatas do nosso movimento. ■